

## EDUCADOR HUMANIZADOR NO NOVO ENSINO MÉDIO: ENTRE HEGEMONIA E RESISTÊNCIA

### HUMANIZING EDUCATOR IN THE NEW HIGH SCHOOL: BETWEEN HEGEMONY AND RESISTANCE

Alessandra Nascimento Braga<sup>1</sup>, Carlos Alberto Brito da Silva Júnior<sup>2</sup>, Aline Nascimento Braga<sup>3</sup>, M<sup>a</sup> Gilvania da Silva Alves<sup>4</sup>, Vicente Ferrer Pureza Aleixo<sup>5</sup>, Lelio Favacho Braga<sup>6</sup>

<sup>1</sup> Doutora, Universidade Federal do Pará, <http://lattes.cnpq.br/7611599930837576>, <https://orcid.org/0000-0001-9880-5648>, [alessandrabg@ufpa.br](mailto:alessandrabg@ufpa.br).

<sup>2</sup> Doutor, Universidade Federal do Pará, <http://lattes.cnpq.br/5067093267673117>, <https://orcid.org/0000-0002-7084-8491>, [cabsjr@ufpa.br](mailto:cabsjr@ufpa.br).

<sup>3</sup> Doutoranda, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, IEMCI/UFPA, <http://lattes.cnpq.br/0260000901655507>, <https://orcid.org/0000-0002-5998-6615>, [aline.braga@iemci.ufpa.br](mailto:aline.braga@iemci.ufpa.br).

<sup>4</sup> Especialista, Centro Universitário Única, <http://lattes.cnpq.br/6092692845395538>, <https://orcid.org/0009-0001-1240-2168>, [a.gilvania46@gmail.com](mailto:a.gilvania46@gmail.com).

<sup>5</sup> Doutor, Universidade Federal do Pará, <http://lattes.cnpq.br/7675487407307418>, <https://orcid.org/0000-0002-6048-3329>, [ferrer@ufpa.br](mailto:ferrer@ufpa.br).

<sup>6</sup> Doutor, Secretaria de Estado de Educação do Pará, <http://lattes.cnpq.br/5249212425775926>, <https://orcid.org/0000-0002-0855-9269>, [leliofavacho@gmail.com](mailto:leliofavacho@gmail.com)

#### RESUMO

Este ensaio teórico e bibliográfico reflete sobre o papel social do educador humanizador no Novo Ensino Médio, examinando como o processo formativo humanizador, que considera necessidades, desejos e escolhas dos alunos, influencia o desenvolvimento integral dos estudantes. Defende-se a transformação da sala de aula em um espaço de comunicação ativa, onde o professor promova valores éticos, políticos e sociais. A análise aborda concepções hegemônicas, que reforçam normas do sistema educacional tradicional, e contra-hegemônicas, que buscam transformá-las. Conclui-se que a reforma do Ensino Médio, ao priorizar interesses mercadológicos e prejudicar a formação crítica e ética dos estudantes, demanda políticas educacionais que promovam uma formação integral e emancipatória, resistindo à mercantilização do ensino.

#### ABSTRACT

*This theoretical and bibliographic essay reflects on the social role of the humanizing educator in New High School, examining how the humanizing training process, which considers students' needs, desires and choices, influences students' integral development. We advocate the transformation of the classroom into a space for active communication, where the teacher promotes ethical, political and social values. The analysis addresses hegemonic concepts, which reinforce norms of the traditional educational system, and counter-hegemonic, which seek to transform them. It is concluded that the reform of Secondary Education, by prioritizing market interests and harming the critical and ethical training of students, demands educational policies that promote integral and emancipatory training, resisting the commodification of education.*

**Palavras-chave:** Educador humanizador; formação crítica; Novo Ensino Médio; concepções educacionais.

**Keywords:** *Humanizing educator; critical training; New High School; educational conceptions.*

## 1. INTRODUÇÃO

O presente ensaio aborda o papel social do educador na formação humanizadora dos indivíduos, com ênfase no contexto do Novo Ensino Médio. Este enfoque destaca como o educador pode influenciar positivamente o desenvolvimento humano e formativo dos alunos. Em um cenário em que a busca por informação é abundante, mas nem sempre é acompanhada de uma formação adequada, a escola assume a função crucial de formar cidadãos livres, capazes de compreender e praticar valores democráticos. Esses valores são fundamentais para estabelecer relações de reciprocidade e respeito, essenciais na luta contra a disseminação de desinformação nas redes sociais, por exemplo, prejudicial à democracia. No entanto, como efetivamente cumprir o dever de construir conhecimento junto aos educandos no contexto do Novo Ensino Médio?

O que é o Novo Ensino Médio? Grosso modo, o Novo Ensino Médio é uma reestruturação das aulas e disciplinas no nível médio da educação brasileira, estabelecida pela Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017), que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Com uma carga horária mínima de 1.000 horas anuais, expandindo gradualmente para 1.400 horas conforme o Plano Nacional de Educação, o Novo Ensino Médio oferece disciplinas obrigatórias como língua portuguesa, matemática, história, entre outras, e permite que os alunos escolham itinerários formativos, como linguagens e ciências da natureza.

Além disso, o Novo Ensino Médio visa alinhar as opções de formação à realidade das escolas, expandindo o ensino técnico profissionalizante e a educação em período integral. Parte do referido Ensino Médio é dedicada ao Projeto de Vida dos estudantes, abordando objetivos pessoais, sociais e profissionais. Com a proposta de mudança para o Novo Ensino Médio, as alterações na prova do Enem foram adiadas. Adicionalmente, o Ministério da Educação (MEC) prevê a expansão do ensino médio técnico profissionalizante no país com a aprovação do PL 5230/2023.

É importante notar que a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018) é um documento que estabelece

### Como citar este artigo original:

BRAGA, A.N.; SILVA JR, C.A.B.; BRAGA, A.N.; ALVES, M.G.S.; ALEIXO, V.F.P.; BRAGA, L.F. Educador humanizador no novo ensino médio: entre hegemonia e resistência. Revista Diálogos Acadêmicos. Fortaleza, v. 13, n. 02, p. 35-46, abr./jun. 2024.

os conhecimentos essenciais para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, abrangendo diversas áreas do conhecimento. Enquanto a BNCC atualmente aprovada se refere apenas à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, a Base do Ensino Médio ainda está em fase de elaboração e aprovação, refletindo um processo contínuo de definição educacional no Brasil.

Essas mudanças também levantam questões sobre o comprometimento e a responsabilidade com a formação emancipadora dos estudantes. Muitas vezes, essas transformações refletem uma falta de engajamento com questões políticas, éticas e sociais na educação. O papel do educador transcende as salas de aula; ele deve integrar suas ideias à prática cotidiana, transformando concepções em ações que promovam o avanço do processo de humanização do ser humano. Na perspectiva delineada acima, o termo humanização é compreendido como ação ética e solidária de promover a humanidade em si e nos outros, reconhecendo a importância contínua do avanço desse processo na construção e aprimoramento da natureza humana. Esse processo inclui a formação de valores como empatia e solidariedade, fundamentais para uma convivência harmoniosa, justa e ética na sociedade.

Embora não nasçamos humanos, nascemos como seres biológicos. Enquanto o animal irracional já é sua própria natureza, o ser humano precisa construir e aperfeiçoar a sua, essencial para o desenvolvimento humano. Conforme afirmado por Vaz (2014, p.137), “enquanto o animal é sua própria vida, ao homem cabe produzir a sua”. Portanto, é imperativo educar para a reflexão, sendo fundamental que o educador seja reflexivo e que incentive seus alunos a desenvolverem o gosto pela leitura, pela escrita e pela análise crítica, aspectos frequentemente desafiados pelo modelo atual do Novo Ensino Médio. A sociedade depende do trabalho formativo, pois a transformação social só é possível com uma nova concepção de educação que humanize o processo formativo, promovendo avanços no processo civilizatório.

De acordo com o exposto, Ciavatta (2014) argumenta que o Novo Ensino Médio não deveria ser reduzido a uma simples adaptação às mudanças no mundo do trabalho, como a flexibilização produtiva e o empreendedorismo. Em vez disso, é crucial entender as políticas, princípios e conceitos que orientam a prática educacional. Nesse sentido, o Novo Ensino Médio deveria focar no desenvolvimento integral do ser humano, priorizando a formação crítica e abrangente dos alunos, especialmente aqueles da classe trabalhadora, assegurando a construção e assimilação dos conhecimentos científicos acumulados ao longo da história.

Ao analisar as concepções de educação integral no contexto da implementação do Novo Ensino Médio, observa-se uma redefinição do papel do Estado em relação aos serviços sociais, incluindo a educação e a formação profissional. As políticas públicas nessa área passam a ser vistas como respostas às demandas do mercado, resultando na adoção de uma nova pedagogia – a pedagogia das competências – adaptada ao regime de acumulação flexível. Além disso, parece haver uma transformação das ofertas educacionais em serviços comercializáveis no mercado privado, afastando o Estado da utilização direta dos recursos públicos no campo educacional.

Neste contexto de reflexão, este ensaio, de cunho bibliográfico e teórico, busca analisar as concepções de educação integral no contexto da implementação do Novo Ensino Médio observando que a formação humanizadora abrange a construção de cultura, valores, atitudes e comportamentos civilizatórios pautados na empatia, solidariedade, convivência harmoniosa, justa e ética no convívio social. Mas, o que visa a educação humanizadora? Visa prioritariamente à ética e à valorização da dignidade humana, enfatizando o respeito ao percurso formativo do educador e a revisão de conceitos que fortaleçam a contemporaneidade.

De acordo com Bazzara, Casanova e Ugarte (2008, p.80), a educação humanizadora consiste em “estar disposto permanentemente, a engrandecer em todos, e em cada um de nossos alunos, a globalidade de suas potencialidades, isto é, aumentar neles o potencial de inteligência, de sensibilidade e de ternura que se esconde em sua humanidade”. Nesse sentido, através da análise crítica da literatura existente, exploraremos como o educador humanizador pode desempenhar um papel fundamental na formação dos indivíduos, capacitando-os não apenas para compreender o mundo, mas também para transformá-lo em um ambiente mais humano e justo diante do paradoxal Novo Ensino Médio, que aponta para objetivos mercantis comprometendo o desenvolvimento crítico e ético dos estudantes. Portanto, este ensaio tem como objetivo primordial analisar o papel do educador humanizador no contexto do Novo Ensino Médio, destacando como suas práticas podem contribuir para a formação integral e crítica dos alunos, resistindo às tendências mercantilizadoras que comprometem o desenvolvimento ético e a construção de uma sociedade mais justa e reflexiva.

## 2. METODOLOGIA

Este ensaio teórico e bibliográfico utiliza uma abordagem qualitativa para investigar o papel do educador humanizador no Novo Ensino Médio, entre hegemonia e resistência. A metodologia inclui uma revisão extensa de literatura sobre educação humanizadora, concepções hegemônicas e contra-hegemônicas, e a reforma do Ensino Médio. As fontes bibliográficas selecionadas abrangem artigos acadêmicos, livros e documentos oficiais que fornecem uma base teórica sólida para a análise crítica das políticas educacionais e suas implicações na prática pedagógica. A análise crítica dos textos permitirá identificar as contradições e os desafios presentes na implementação do Novo Ensino Médio, destacando a influência das políticas educacionais mercadológicas.

A pesquisa também se apoiará na análise documental de legislações, diretrizes e relatórios educacionais, como a Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017) e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018). A partir dessa análise, será possível compreender como as reformas educacionais impactam a formação crítica e ética dos estudantes. O ensaio explorará a aplicação prática dos conceitos teóricos no cotidiano escolar, buscando evidências de práticas pedagógicas que promovam a humanização e a resistência às tendências mercantilistas. O método de análise discursiva será empregado para examinar como os discursos hegemônicos e contra-hegemônicos moldam as políticas e práticas educacionais, contribuindo para a construção de um ensino médio integral e emancipatório.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 3.1 O papel do educador humanizador na educação crítica e transformadora

O educador humanizador tem um papel central na promoção de uma educação crítica e transformadora. Este profissional não apenas facilita o desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos, mas também promove uma comunicação ativa e participativa na sala de aula. Ao valorizar a interação e o diálogo, o educador humanizador cria um ambiente propício para o pensamento crítico e a transformação social.

A educação crítica e transformadora é fundamental para questionar e desafiar as estruturas hegemônicas existentes. O educador humanizador, ao engajar os alunos em discussões significativas e reflexões profundas, contribui para a formação de cidadãos conscientes e atuantes na sociedade. Dessa forma, a comunicação ativa e a educação crítica são elementos essenciais que se complementam e fortalecem a prática pedagógica voltada para a emancipação dos indivíduos.

No que diz respeito às concepções hegemônicas, é necessário compreendê-las em relação às práticas educativas que se concentram, por um lado, na formação do indivíduo e no desenvolvimento de suas competências e, por outro, nas exigências do setor produtivo e da mão de obra. Além disso, essas concepções devem ser contextualizadas no âmbito das estratégias neoliberais, adotadas na fase de acumulação flexível do capitalismo, que ao se expandir, impõe aos governos, especialmente em países em desenvolvimento, a necessidade de flexibilizar não apenas suas regras de mercado, mas também suas instituições, visando à adequação e maior aceitação das normas do capital. Nesse sentido, a análise da implementação do Novo Ensino Médio deve ser considerada, uma vez que representa um reflexo direto dessas políticas neoliberais, evidenciando a tensão entre as forças hegemônicas e contra-hegemônicas no campo educacional.

A reflexão acima reitera uma perspectiva amplamente discutida por acadêmicos da educação, como observado no pensamento de Ciavatta (2014) e Pereira (2018), que sublinham a influência de entidades estrangeiras em nações em desenvolvimento, alinhadas aos interesses econômicos. Essa visão também ressalta um modelo educacional baseado na pedagogia das competências, voltado para o desenvolvimento pessoal e a promoção do individualismo em detrimento do coletivismo, resultando em uma sociedade moldada por um paradigma excludente que não favorece a transformação social por meio da educação.

Nesse contexto, em decorrência da política de abertura econômica sob o ideário neoliberal, “verificou-se um processo de redefinição do papel do Estado no tocante aos serviços sociais, dentre os quais a educação e a formação profissional, de modo que as políticas públicas nessa área passaram a ser concebidas como resposta às demandas do mercado” (Pereira, 2018, p.86). Segundo o autor, essa reconfiguração não se limita à implementação da pedagogia das competências, adaptada ao regime flexível de acumulação, mas também à transformação das ofertas educacionais em serviços comerciais disponíveis no mercado privado, gradualmente eximindo o Estado da utilização direta dos recursos do fundo público no campo educativo.

Essa transformação do papel do Estado nas políticas educacionais, refletida na implementação da reforma que introduziu o Novo Ensino Médio por meio da Lei 13.415/2017 (Brasil, 2017) através de Medida Provisória, gerou controvérsias devido à ausência de um debate abrangente e essencial, provocando insatisfação entre estudiosos, pesquisadores, alunos e profissionais da educação. Em muitos aspectos, a referida reforma reflete a visão predominante de atendimento às exigências do mercado. A estrutura curricular diversificada, alinhada com a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018), enfatiza a prioridade da aplicação do currículo escolar no indivíduo, ao mesmo tempo em que há indícios de uma possível redução deliberada na qualidade dos materiais didáticos e na diminuição da carga horária destinada à formação geral básica. Isso se manifesta na priorização das disciplinas de Português e Matemática em detrimento de disciplinas clássicas como Filosofia e Sociologia no que tange à quantidade de carga horária maior destinada às duas primeiras.

É fundamental destacar o caráter regressivo exemplificado pela reforma que introduziu o Novo Ensino Médio, característica do pensamento hegemônico. De acordo com Silva

(2016), o uso frequente de termos como ressignificação, reconstrução e reinvenção para promover a ideia de reforma busca atribuir novos significados ao existente sem realizar uma transformação substancial em sua base. A promoção da educação voltada para a paz e convivência solidária também reforça esse discurso, alinhando-se à manutenção da ordem vigente e afastando a perspectiva de conflito de classes e a possibilidade de uma mudança radical.

Complementando essa análise, Saviani (2021) esclarece que, a partir da década de 1980, houve uma desconstrução das ideias pedagógicas anteriores e a solidificação de novas concepções, caracterizadas por sua volatilidade e intercambiabilidade. Estas novas concepções, entretanto, ainda se baseiam nas ideias pedagógicas hegemônicas anteriores. “Daí que sua denominação tenda a se fazer lançando mão das categorias precedentes às quais antepõem prefixos do tipo ‘pós’ ou ‘neo’” (Saviani, 2021, p.428). Desde o início, essas concepções pedagógicas contribuem para a uniformização social e para a conformidade do indivíduo às exigências do mercado de trabalho.

De acordo com o exposto, sob a perspectiva econômico-pedagógica, a exclusão emerge como uma categoria crucial no contexto da reestruturação produtiva do capital. Conforme Saviani (2021, p.430), inicialmente, a exclusão se manifesta “na medida em que se admite, preliminarmente, que na ordem econômica não há lugar para todos”. Posteriormente, “a exclusão é pressuposta porque, incorporando crescentemente a automação no processo produtivo, a ordem econômica atual dispensa, também de forma crescente, mão de obra” (Saviani, 2021, p.430-431). Isso intensifica a competitividade entre os trabalhadores, visando à maximização da produtividade.

Então, forma-se uma “pedagogia da exclusão” (Saviani, 2021), na qual o indivíduo, através do processo educativo escolar, é levado a internalizar a competição, a produtividade e, em última análise, a exclusão como algo natural e inerente à condição humana (uma tentativa de superar a especificidade material da sociedade capitalista). Uma comparação ilustrativa pode ser feita com a obra de Markovits (2021), “A cilada da meritocracia”: neste contexto de “pedagogia da exclusão”, um dos objetivos é disfarçar essa cilada concreta da meritocracia no campo sociometabólico do capital.

Em contraste e com objetivos divergentes, as concepções contra-hegemônicas defendem uma educação onde o indivíduo não seja formado apenas para cumprir as funções de reprodução das relações capitalistas. Essas abordagens enfatizam a importância da assimilação de conhecimentos, especialmente culturais, que permitam aos trabalhadores alcançar autonomia e emancipação. As concepções contra-hegemônicas não constituem um paradigma homogêneo e coerente, mas englobam uma diversidade de propostas pedagógicas que compartilham certos pontos em comum, como a promoção de uma educação que favoreça a autonomia, a transformação social e o exercício pleno da cidadania.

Certamente, a educação escolar pode representar um fenômeno social significativo, capaz de ampliar o processo formativo do indivíduo além da compreensão cotidiana, promovendo a apropriação do conhecimento historicamente sistematizado e estabelecendo uma visão crítica de mundo, que desafia as hegemonias vigentes. Nesse sentido, há uma necessidade premente de uma concepção educacional crítica que fundamente integralmente o sistema educacional e oriente a formação dos professores de maneira estruturada e reflexiva.

A educação é, então, uma mediação entre o indivíduo e a sociedade e exerce papel fundamental no processo de autoconstrução do homem.

Conclui-se assim, que a educação é essencialmente positiva, e no sentido ontológico, educação integral possibilitaria a máxima apropriação possível de tudo aquilo produzido pelo gênero humano, garantido, assim, a reprodução do gênero e seu desenvolvimento (Silva, 2016, p.36-37).

A reflexão sobre o papel do educador humanizador no contexto do Novo Ensino Médio evidencia a necessidade urgente de uma educação que vá além da mera adaptação aos requisitos do sistema vigente. Enquanto o modelo hegemônico perpetua a conformidade às normas estabelecidas, limitando a capacidade dos indivíduos de questionar as estruturas sociais e econômicas, o papel do educador emancipador se destaca por promover uma educação que estimule a reflexão crítica e a transformação social: ao transformar a sala de aula em um espaço de comunicação ativa. Nesse sentido, o educador humanizador não apenas prepara os estudantes para compreender o mundo, mas os capacita, de certa forma, a agir como agentes de mudança, conscientes e engajados na transformação das estruturas de poder.

Diante das reflexões apresentadas, é possível inferir que um modelo educacional que não abarca a formação integral do sujeito aprendiz, limitando-se a atender às demandas do sistema vigente, adota uma postura hegemônica. Nesse contexto, a educação se alinha aos interesses da classe dominante, promovendo a conformidade dos indivíduos às contradições estruturais do sistema econômico e social. Essa abordagem não apenas perpetua, mas também dissimula os conflitos de classes que permeiam a sociedade contemporânea, impedindo uma compreensão crítica e profunda das dinâmicas sociais e econômicas. A função primordial desse tipo de educação é produzir cidadãos que se adequem às exigências do mercado e às necessidades do capital, em detrimento da formação de uma consciência autônoma e emancipatória. Assim, a educação, ao não incorporar uma visão crítica e transformadora, acaba por reforçar e perpetuar às desigualdades estruturais, relegando a segundo plano a necessidade de uma educação que possibilite aos indivíduos não apenas compreender, mas também transformar sua realidade social e econômica.

### 3.2 O educador humanizador no contexto do Novo Ensino Médio

A análise das concepções hegemônicas e contra-hegemônicas na educação é fundamental para compreender o papel do educador humanizador no contexto do Novo Ensino Médio. As concepções hegemônicas tendem a reforçar as normas estabelecidas pelo sistema educacional tradicional, promovendo uma educação que valoriza a conformidade e a adaptação às exigências do mercado de trabalho. Segundo Apple (2017), essas concepções contribuem para a reprodução das desigualdades sociais e para a manutenção das estruturas de poder vigentes.

Para embasar essa reflexão, as observações de Arroyo (2008) são relevantes ao salientar que os estreitos laços entre a educação e a desumanização têm sido negligenciados pela pedagogia escolar, que permanece focada na teoria do conhecimento e envolta em uma visão idealizada. Essa abordagem pedagógica muitas vezes se deixa seduzir pelos interesses do mercado e pela ilusão de preparar para um futuro redentor, ignorando as realidades vividas pela infância e adolescência, afetadas por condições adversas. Essa desconexão da pedagogia escolar com a realidade evidencia como as concepções hegemônicas perpetuam estruturas que dificultam a formação integral e humanizadora dos alunos no contexto educacional contemporâneo.

Os estreitos vínculos entre a educação, desumanização, proibição de ser, recuperação de humanidade roubada, não tem mexido com a pedagogia escolar, tão polarizada na teoria do conhecimento [...]. Tão centrada em uma visão idílica [...], tão atraída pelos apelos do mercado e pela ilusão de preparar para o futuro redentor. A infância e a adolescência real, não cabem nesse foco tão estreito. Não cabem na pedagogia escolar, [...] trazendo-nos as marcas das condições deformadoras em que reproduzem sua existência. (Arroyo, 2008, p.243).

Por outro lado, as concepções contra-hegemônicas buscam desafiar e transformar as normas estabelecidas, promovendo uma educação que valorize a autonomia, a reflexão crítica e a transformação social. Segundo Giroux (2023), a educação deve ser um instrumento de resistência, possibilitando que os indivíduos compreendam e questionem as estruturas de poder e as desigualdades sociais. Nesse sentido, o papel do educador é fundamental ao promover uma educação que supera as limitações impostas pelas exigências do sistema vigente, incentivando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Esses princípios são especialmente relevantes ao considerarmos os desafios descritos na política do Novo Ensino Médio, estabelecida pela Lei 13.415/2017 (Brasil, 2017). Nesse contexto, o papel do educador torna-se ainda mais complexo devido às barreiras impostas pelo desenho institucional desse modelo educativo. Isso se deve tanto à redução da carga horária na formação geral básica quanto à introdução da parte diversificada, que inclui disciplinas focadas na pedagogia das competências, como o Projeto de Vida. Além disso, a possibilidade de aulas ministradas por indivíduos com apenas “notório saber” também é um ponto de atenção.

É crucial promover um diálogo que permita avaliar até que ponto houve violação do direito à educação e retrocessos na aplicação da referida política educacional. Nesse viés, a priorização e seleção de áreas nos currículos revelam intenções estratégicas do Novo Ensino Médio. No primeiro caso, ao focar apenas em aspectos específicos, as conexões essenciais entre as áreas são ignoradas, comprometendo a interdisciplinaridade. No segundo caso, a ausência de disciplinas crítico-reflexivas e integradoras como Filosofia e Sociologia favorecem a lógica do capital e a dinâmica do mercado, tornando os indivíduos mais facilmente manipuláveis e submissos.

Apesar das barreiras descritas, o educador atua como um catalisador do processo educacional, criando um ambiente que valoriza a participação ativa dos alunos e a construção coletiva do conhecimento, conforme Arroyo (2008) discute em relação à democracia na educação. Ele também estimula a reflexão crítica e promove a autonomia dos estudantes, capacitando-os a serem agentes ativos na construção do saber. Essas práticas são fundamentais para formar cidadãos conscientes e engajados, capazes de transformar a sociedade de maneira crítica.

Quais são as possibilidades de humanização dos tempos, dos espaços, das normas, dos rituais, das relações sociais [...]? Todo esse cotidiano quebra identidades, quebra processos de aprender a ser gente, desconfigura auto-imagens...? [...]grandes questões de nosso ofício. De nossa humana docência (Arroyo, 2008, p.59).

A escola deveria ser um espaço de potencialidade e igualdade hipotética, em contraste com uma visão de escola como um local de operatividade e funcionalidade imposto por forças externas. Nesse sentido, o Novo Ensino Médio desvia a escola desse propósito de suspensão e experimentação do possível, recrutando-a para atender aos interesses do

mercado, aos objetivos pessoais e familiares, aos sistemas de avaliação internacionais, à propaganda ideológica política e aos desejos de uma elite que controla os meios de produção e necessita de mão de obra barata e facilmente substituível. Atualmente, embora a escola às vezes assuma funções que originalmente não eram suas, o novo desenho institucional de educação enfatiza ainda mais seu papel funcional. Tudo isso é estrategicamente planejado para melhorar a imagem do Brasil no exterior e criar falsas ilusões tanto internas quanto externas.

No sentido contrário, o processo formativo humanizador é crucial para o desenvolvimento integral dos alunos, levando em conta suas necessidades individuais, aspirações e escolhas. Conforme Freire (2013) argumenta, a educação deve ser um ato de liberdade, permitindo que os estudantes se tornem protagonistas ativos na construção de seu próprio aprendizado. Nesse contexto, o fazer educativo desempenha um papel essencial ao criar um ambiente de aprendizagem que valoriza a participação ativa dos alunos, incentivando a reflexão crítica e a autonomia.

O que nos parece indiscutível é que, se pretendemos a libertação dos homens, não podemos começar por aliená-los ou mantê-los alienados. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens, não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo. (Freire, 2013, p.93).

Com base no exposto, o processo formativo está sensível às particularidades individuais de cada aluno, reconhecendo a educação como um processo dinâmico e contínuo que se adapta às mudanças sociais e culturais. “Humanizar-se pela educação implica também ter esperança, acreditar que é possível construir uma escola – e uma sociedade – menos desumana, tanto para os(as) educandos(as) quanto para os(as) educadores(as)” (Henz, 2007, p.154). Essa abordagem facilita o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais para a vida em sociedade, como o pensamento crítico, a resolução de problemas e a empatia. Além disso, o processo educacional humanizador contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todos os indivíduos têm a oportunidade de realizar seu potencial máximo.

A educação deve permitir uma leitura crítica do mundo. O mundo que nos rodeia é um mundo inacabado e isso implica a denúncia da realidade opressiva, da realidade injusta, inacabada, e, conseqüentemente, a crítica transformadora, portanto, o anúncio de outra realidade. O anúncio é a necessidade de criar uma nova realidade. Essa nova realidade é a utopia do educador. (Gadotti, 1996, p.81).

Como? No contexto do Novo Ensino Médio, há uma questão central preocupante: o abandono explícito, institucionalizado e legalmente legitimado de toda uma geração. Esse cenário se disfarça sob a noção de “protagonismo juvenil”, permitindo que os estudantes escolham livremente seus caminhos educacionais com base em seus projetos de vida. Essa dinâmica, descrita por Gerd Biesta (2013), assemelha-se a uma transação econômica. O autor reflete sobre a mercantilização da educação, descrevendo-a como uma transação econômica em que:

(I) o aprendiz é o (potencial) consumidor, aquele que tem certas ‘necessidades’, em que (II) o professor, o educador ou a instituição educacional são vistos como o provedor, isto é, aquele que existe para satisfazer as

necessidades do aprendente, e em que (III) a própria educação se torna uma mercadoria - uma 'coisa' - a ser fornecida ou entregue pelo professor ou pela instituição educacional, e a ser consumida pelo aprendente (Biesta, 2013, p.38).

De acordo com Biesta (2013), na mercantilização da educação, o estudante é visto primeiramente como um consumidor que busca atender suas necessidades educacionais específicas, em vez de ser considerado um participante ativo no processo de aprendizagem. Em segundo lugar, o papel do professor, educador ou instituição educacional é transformado em fornecedor, responsável por oferecer produtos educacionais, como conteúdos e cursos, para satisfazer as demandas dos estudantes. Isso altera a dinâmica do processo de construção de conhecimento, onde o professor geralmente assume o papel de guia e mentor. Por fim, a educação é tratada como uma mercadoria, algo que pode ser comprado e vendido. Nessa perspectiva, o processo educacional é reduzido a uma simples transação econômica, cujo objetivo principal é atender às necessidades de mercado dos consumidores (os estudantes), em detrimento de promover um desenvolvimento educacional integral e crítico.

Por muito tempo, houve o debate sobre de quem é a responsabilidade primária pela educação das novas gerações: a escola ou a família? Este diálogo arrolava educadores, especialistas e pais, explorando conceitos como educação, formação, responsabilidade e papéis. No entanto, com o Novo Ensino Médio, o Estado não apenas intervém, mas também transfere essa crucial responsabilidade para os alunos. Isso acontece ao tratar a dinâmica educacional e a relação pedagógica como meras “transações econômicas”, em que os educandos são vistos apenas como “consumidores”.

Com base na revisão da literatura para a elaboração deste ensaio, observa-se que o Novo Ensino Médio no Brasil tende a simplificar o processo educacional, transformando-o em uma mera transação comercial, o que resulta na negligência de aspectos cruciais como a formação crítica, o desenvolvimento ético e a construção de uma sociedade mais justa e reflexiva. Para que o processo educativo humanizador atinja sua máxima eficácia, é fundamental que a sala de aula se configure como um espaço de comunicação ativa, onde o diálogo e a interação entre alunos e professores sejam priorizados. “Pensar em educação humanizadora consiste em criar condições de liberdade aos sujeitos, evidenciando a sua importância enquanto sujeito social, com autonomia e responsabilidade sobre seus atos” (Silveira; Scheffer, 2021, p.11). Essa abordagem cria um ambiente propício para a troca de ideias e a construção colaborativa do conhecimento, capacitando os alunos a se tornarem protagonistas ativos em seu próprio processo de aprendizagem.

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos aspectos explorados, o Novo Ensino Médio no Brasil revela uma inclinação preocupante em direção à instrumentalização educacional, em que o foco utilitário tende a eclipsar a dimensão ética e política essencial da educação. Ao transformar a escola em um espaço que prioriza interesses mercadológicos em detrimento da formação crítica e reflexiva dos estudantes, corre-se o risco de comprometer não apenas o desenvolvimento individual, mas também o futuro de uma sociedade mais justa e reflexiva.

A interação na sala de aula emerge como um contraponto necessário a essa tendência, oferecendo um ambiente propício para a construção colaborativa do conhecimento e

para o desenvolvimento de habilidades críticas entre alunos e professores. Esta dinâmica não só fortalece os laços de confiança e respeito mútuo, fundamentais para um aprendizado saudável, mas também capacita os estudantes a se tornarem agentes ativos na transformação social.

Portanto, é fundamental que as políticas educacionais reconheçam e promovam o papel essencial da educação na formação integral e emancipatória dos indivíduos, contribuindo para a construção de um futuro mais inclusivo e democrático. Esta reflexão reforça a importância de resistir à simplificação do processo educacional como mera transação comercial, reafirmando o compromisso com uma educação que não apenas prepare para o mercado de trabalho, mas também para a participação crítica e consciente na vida cidadã e na construção de um mundo verdadeiramente humanizado.

Além disso, o esforço epistemológico de reflexão sobre o tema abordado não se encerra aqui. A implementação do Novo Ensino Médio já está em curso, e é fundamental continuar refletindo sobre seus impactos e desdobramentos. A busca por uma educação integral e emancipatória no Ensino Médio brasileiro exige uma análise contínua e crítica das políticas educacionais, considerando não apenas os objetivos declarados, mas também os resultados observados na prática. É imperativo que o debate sobre a educação permaneça ativo, envolvendo educadores, estudantes, pesquisadores e a sociedade em geral, para assegurar que as reformas educativas realmente promovam uma formação humanizadora e cidadã.

## REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **A Educação pode mudar a sociedade?** Petrópolis: Vozes, 2017.

ARROYO, Miguel. A humana docência. In: ARROYO, Miguel. **Ofício de Mestre: Imagens e auto-imagens**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 52.

BAZARRA, Lourdes; CASANOVA, Olga; UGARTE, Jerônimo Garcia. **Ser professor e dirigir professores em tempos de mudança**. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2008. 270 p.

BIESTA, Gert. **Para além da aprendizagem: educação democrática para um futuro humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF 17 fev. 2017, p. 1. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm). Acesso em: 07 de outubro de 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politecnicidade e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, jan./abr., 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 07 de outubro de 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GADOTTI, Moacir. A voz do biógrafo brasileiro: a prática à altura do sonho. In: GADOTTI, Moacir (org.). **Paulo Freire: uma biobibliografia**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1996. p. 69-115.

GIROUX, Henry Armand. **Educação, cultura e lutas pela democracia: escritos contemporâneos sobre o maquinário neoliberal**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2023.

HENZ, Celso Ilgo. Na escola também se aprende a ser gente. In: HENZ, Celso Ilgo; ROSSATO, Ricardo. (org.). **Educação Humanizadora na Sociedade Globalizada**. Santa Maria: Biblos, 2007. p. 149-168.

MARKOVITS, Daniel. **A cilada da meritocracia: como um mito fundamental da sociedade alimenta a desigualdade, destrói a classe média e consome a elite**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

PEREIRA, Josué Vidal. **O financiamento da Rede Federal de Educação Profissional, científica e tecnológica**. 2018. 276 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/bddb6d6-df1b-4592-97d5-71c5a43b93cd>. Acesso em: 07 de outubro de 2020.

SAVIANI, Dermeval. **História Das Ideias Pedagógicas No Brasil**. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2021.

SILVEIRA, Dieison Prestes da; SCHEFFER, Denise da Costa Dias. A educação humanizadora como caminho formativo na atualidade. **Revista Ilustração**, Cruz Alta, v. 2, n. 1, p. 7-13, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://journal.editorailustracao.com.br/index.php/ilustracao/article/view/52>. Acesso em: 15 de outubro de 2021.

SILVA, Karen Cristina Jensen Ruppel da. **Concepções que orientam atual agenda de educação integral no Brasil: uma análise de cadernos do “Programa Mais Educação”**. 2016. 178 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/1203>. Acesso em: 07 de outubro de 2020.

VAZ, Henrique C. de Lima. **Antropologia Filosófica**. São Paulo: Loyola, 2014.